

N. 3153



Fls. 1

55-213

1923

Juizo Federal na Secção do Paraná



Escrivão

*Plaisant*

*Interdicto Prohibitorio*

*Dr. João Candido Ferreira e ou*  
*Avos - Requerentes*

### AUTUAÇÃO

*Nos quatro* dias da mez de *Abril*  
do anno de mil *1923* nesta cidade de  
*Curitiba, Capital do Estado do Paraná, em meu cartorio. actuo a peti-*  
*ção e documento adiante*  
do que, para constar, faço esta autuação. Eu *João Plaisant*





Exmo. Snr. Dr. Juiz Federal da Seção do Paraná.



*Ac. sim.*

*P. 4. 25; 923*

*Barinuh*

Os doutores João Candido Ferreira, Victor Ferreira do Amaral e Silva, Abdon Petit Guimarães Carneiro, Manoel Carrão, Alceu do Amaral Ferreira, Leonidas do Amaral Ferreira, Coriolano Silveira da Mota, Francisco Martins Franco, Luiz O. de Medeiros, Rodolpho Warneck, Ismar Tavares Mutel e Miroslau Szeli-gowski, medicos, com consultorios estabelecidos nesta capital, onde exercem sua profissão, representados por seu procurador abaixo assignado, justamente receiosos de serem incommodados por medidas vexatorias e violentas e molestados na posse dos bens constitutivos de seu patrimonio pela Fazenda Federal, a pretexto de execução das leis e regulamento concernetes ao imposto sobre o lucro liquido das profissões liberaes, querem, fundados no artigo 501 do Codigo Civil e nos termos do artigo 413, P.III, da Consolidação do Processo Federal, propor contra a mesma Fazenda, neste Juizo, uma acção de embargos á primeira ou interdicto prohibitorio, em que se propõem provar com documentos e testemunhas, o seguinte:

- 1) Que os supptes. exercem, como medicos, a respectiva profissão nesta capital, onde residem e mantem os seus escriptorios;
- 2) Que os supptes. pagam ao Estado o imposto devido pelo exercicio da mencionada profissão (Docs. ns.                      ). Por outro lado,
- 3) Que os supptes. estão na posse publica, mansa e pacifica de todos os bens, de que se compõe o patrimonio de uns e outros, e consistentes em predios, moveis, carros, animaes de tracção e automoveis, praticando em realação a ditos bens toda sorte





de actos possessorios reveladores da propriedade que sobre os mesmos têm;

4)Que, entretanto, a suppd., por intermedio de seus agentes e a pretexto de dar execução á lei e regulamento concernentes ao imposto de renda, na parte relativa aos lucros liquidos das profissões liberaes, ameaça incomodar os supptes. com medidas violentas e vexatorias e molestar sua posse com a imposição de multas, fixação arbitrária de lucros, cobrança judicial do imposto e das multas impostas e consequente penhora, pela qual serão os supptes. privados daquela posse;

5)Que essa violencia é tanto mais imminente e o receio della tanto mais justo e fundado, quanto, em 31 de Dezembro passado, findou o prazo para a matricula e para a comunicação dos lucros apurados ás repartições arrecadadoras, sem que alguns dos supptes. fizessem a primeira e nem um delles realizasse a segunda;

6)Que, porém, toda a legislação relativa ao imposto sobre lucros liquidos das profissões liberaes, de cuja violenta execução se vêm os supptes. ameaçados, do mesmo modo que aquelle imposto, é grosseiramente inconstitucional, e, portanto, irrita e nulla; pois é certo

7)Que a lei federal n. 4440, de 31 de Dezembro de 1921, no numero 47 do artigo 1, incluiu entre as fontes da Receita Geral da Republica, creando-o, o imposto sobre os lucros das profissões liberaes, na proposição alli estabelecida, o qual passou para o n. 49 do artigo 1º da lei n. 4625 de 31 de Dezembro de 1922;

8)Que, porém, tanto a lei n. 4440 de 1921, como a de n. 4625 de 1922, são inteiramente attentatorias do artigo 9, n. 4, da Constituição Federal, visto o imposto por ellas creado e lançado ser um disfarce grosseiro do imposto de industrias e profissões, que na partilha tributaria constitucional foi attribuido exclusivamente aos Estados, não podendo a União decretal-o.





(Const. Fed. art. 12; Dir., vols. 88, pag. 163; 96, p. 192; Acc. do Sup. Trib. Federal de 31 de Dezembro de 1918; Idem de 4 de Setembro de 1922). Isso é tanto mais exato, quanto o imposto sobre o lucro líquido de uma profissão onera esta, diminuindo-lhe os proventos, e o Supremo Tribunal Federal, em numerosos Accordams, tem decidido que não é a denominação, com que se procura mascarar um tributo, o que determina sua validade em face da Constituição. (Accs. de 24 de Novembro de 1894; de 30 de Janeiro, 13 e 23 de Fevereiro, 2 de Março, 26 de Agosto, 9 e 25 de Setembro de 1892; 23 de Março e 9 de Dezembro de 1896; 13 e 20 de Julho de 1898; de 14 de Setembro de 1912; de 3 de Janeiro e 9 de Dezembro de 1914, além de muitos outros);

9) Que, por outro lado, o regulamento que baixou com o decreto n. 15. 589, de 29 de Julho de 1922, para execução da lei N. 4440 de 1921, é grosseiramente contrario a textos expressos da Constituição Federal, e, como a propria lei regulamentada, irritado e nullo; pois, é certo

10) Que o poder executivo, expedindo aquelle regulamento, excedeu os limites de suas attribuições constitucionaes de poder regulamentador, porque creou obrigações e instituiu penas não previstas pela lei regulamentada, na parte referente ás profissões liberaes; estabeleceu a mais illegal desigualdade entre os contribuintes do imposto, cuja arrecadação regulou; auctorizou a violação do segredo profissional e restringiu o livre exercicio daquellas profissões, em franca antinomia com os artigos 48, n. 1, segunda parte, e 72, §§ 2 e 24, da Constituição, além do art. 9, n. 4, violado anteriormente pela citada lei n. 4440; mas é sabido

11) Que, contra a ameaça de cobrança de impostos inconstitucionaes, tem inteira procedencia o recurso de interdito prohibitorio (Acc. do Sup. Trib. Federal, de 24 de Janeiro de 1917, Rev. de Dir., vol. 10, pag. 36; Decisão do Juiz Federal da 2ª Vara do Districto Federal, na acção proposta pelos advogados do res-



pectivo fôro);

12)Que, em face do exposto, é fora de duvida que os supptes., no presente interdicto prohibitorio, pleiteam um direito liquido e incontestavel, a ser por elle protegido. Nessas circumstancias, requerem os supptes. a V. Excia. que se digne segural-os contra a violencia imminente, de que se sentem ameaçados, expedindo-se mandado prohibitorio contra a Fazenda Federal e intimando-se o Delegado Fiscal do Thesouro Nacional e os collectores federaes, nesta cidade, para se absterem de praticar, em nome da suppda., contra os supptes., qualquer acto viôlento e vexatorio, que os incommode ou venha turbar a sua posse, sob pena de pagar a mesma suppda. duzentos contos de réis, para cada contravenção, citando-se o dr. Procurador Seccional para offerecer, á primeira audiencia deste Juizo, os embargos que tiver, comminada a pena pedida, aliás se julgará a comminação por sentença. Avalia-se a presente causa, para o effeito do pagamento da taxa judiciaria, em dez contos de reis, e se protesta por todos as demais especies de provas admittidas em direito. Nestes termos

PP. deferimento.

Com procuração e 2 documentos.



*Cury*



923

*M...*

*Don...*

*Cury*



923

*2*

*...*



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

CURITYBA

Rua Marechal Floriano, 3

Telephone N. 11



M. J. Gonçalves

1.º Tabellião de Notas

(Archivo em Casa Forte)

Livro Nº 194 Folhas 102

Primeiro traslado de procuração bastante que faz em o Dr. JOÃO CANDIDO

FERREIRA E OUTROS, --- --- --- como abaixo se declara:

SAIBAM os que este publico Instrumento de Procuração bastante virem, que aos dezenove -  
-- -- dias do mez de Fevereiro - do anno de mil novecentos e vinte e treis, da  
Era Christã, n'esta cidade de Curityba, Estado do Paraná, perante mim Escrivente Juramentado  
comparece ..... como outorgante s em este cartorio, os Drs. João Candido Ferreira,  
Alceu do Amaral Ferreira, Manuel Carrão, Luiz O. de Medeiros, Francisco  
Martins Franco, Miroslau Szeligowski, Leonidas do Amaral Ferreira, Co-  
riolano Silveira da Motta, Ismar Tavares Mutel, medicos residentes nes-  
ta Capital  
reconhecido ..... como o ..... proprio ..... de mim e das testemunhas no fim deste assignadas, e estas de mim Tabellião, do  
que dou fé, ahi, perante ellas disse ..... que por este publico instrumento nomeava ..... e constituia ..... seu ..... bastan-  
te Procurador es neste Estado ou onde convier, em primeira e segunda ins-  
tancia, os Doutores Marcellino José Nogueira Junior, João Hartley Guti-  
errez, Luiz Gonzaga de Quadros e Manoel Lacerda Pinto, brasileiros, ad-  
vogados, residentes nesta cidade, com poderes amplos e illimitados para  
cada um de per si ou conjuntamente, sem respeito a ordem de collocação  
de seus nomes, propor contra a união Federal, acção ou acções competen-  
tes para defender os outorgantes contra a violencia imminente, de que  
se vêm ameaçados, por parte da mesma União Federal e por motivo das e-  
xigencias relativas ao Imposto sobre os lucros das profissões liberaes;  
desistir e variar de acções, receber citações pessoaes, averbar suspei-  
ções, prestar todo o licito juramento, inquerir e reinquerir testemun-  
has, requerer e assistir vistorias e arbitramentos, nomear e approvar  
peritos, prestar canções, fianças ou outras garantias identicas, transi-  
gir livremente em juizo ou fóra d'elle, promover a execução de qualquer  
sentença, interpor todos os recursos legaes, arrazoal-os e sustental-os  
em qualquer instancia, requerer tudo quanto fôr a bem dos seus direitos  
e praticar todos os demais actos necessarios, inclusive o de substabele-  
cer esta em quem lhe convier.





ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
ESTADO DO PARANÁ  
CITY DE CURITYBA  
PRIMEIRO TRaslado de procuração  
todos os seus poderes em Direito permittidos, para que em seu nome, como se presente fosse....., possa em Juizo e fóra d'elle, requerer, allegar, defender todos os seus direitos e Justiça em quaesquer causas ou demandas civis ou crimes, movidas ou por mover em que for..... auctor..... ou réo..... em um ou outro fórc, fazendo citar, offerecer acções, libellos, excepções, embargos, suspeições e outros quaesquer artigos, contrariar, produzir, inquirir e reperguntar testemunhas; dar de suspeito a quem lh'o fôr, jurar decisoria e suppletoria-mente n'alma d'elle e fazer dar taes juramentos á quem convier; dár e receber citação; tranzigir em Juizo ou fóra d'elle; assistir aos termos de inventarios e partilhas com as citações para elles; assignar autos, reque-rimentos, protestos, contra-protestos e termos, ainda os de confissão, negação, louvação, desistencia; appel-lar, aggravar ou embargar qualquer sentença ou despacho, seguir estes recursos até a maior alçada; fazer ex-trahir sentenças, requerer a execução dellas, sequestro, assistir aos actos de conciliação, para os quaes con-cede poderes especiaes e illimitados, pedir precatorias, tomar posse, vir com embargos de terceiro senhor e pos-suidor, juntar documentos e tornal-os a receber, variar de acções e intentar outras de novo, podendo sub-stabelecer esta em um ou mais procuradores e os substabelecidos em outros, ficando-lhes os mesmos poderes em seu vigor, e revogal-os, querendo, seguindo suas cartas de ordens e avisos particulares, que sendo preciso, serão considerados como parte desta; e tudo quanto for feito pelo seu procurador ou substabelecido, pro-mette..... haver por valioso e firme e para sua pessoa reserva toda nova citação. E de como assim dis-se..... do que dou fé, fiz este instrumento que lhe.....li, e acceit.....e achado conforme o assigna.....com as testemunhas presentes, sobre o sello federal devidamente inutilisado, perante mim, Ataliba Silva,

Escrevente Juramentado, que o escrevi. Eu Manoel José Gonçalves, Tabel-  
lião subscrevo. (Sobre o sello federal de dois mil reis, está): Curityba,  
19 de Fevereiro de 1923. João Candido Ferreira. Alceu do Amaral Ferrei-  
ra, Manuel Carrão. Luiz O. Medeiros. Francisco Martins Franco. Miroslau  
Szeligowski. Leonidas do Amaral Ferreira. Coriolando Silveira da Motta.  
Ismar Tavares Mutel. Waldemar Campos. Edgardo de Carvalho. Está conforme  
ao original de que fielmente fiz extrahir o presente traslado ao qual  
me reporto e dou fé. E eu *Victor Maranhallhos*  
1º Tabellião Interino subscrevi conferi e assigno em publico e raso.

*Em testto Elle devedade*  
*Victor Maranhallhos*  
*1º Tab. Int.*





5

# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DO PARANA'

CURITYBA

Rua Marechal Floriano, 3

Telephone N. 11



M. J. Gonçalves

1.º Tabellião de Notas

(Arquivo em Casa Forte)

Livro Nº -194- Folhas -103-

Primeiro traslado de procuração bastante que fazem o Doutor RODOLPHO WERNECK e outro-, como abaixo se declara:

SAIBAM os que este publico Instrumento de Procuração bastante virem, que aos dezenove dias do mez de Fevereiro do anno de mil novecentos e vinte e treis, da Era Christã, n'esta cidade de Curityba, Estado do Paraná, perante mim Escrevente juramentado comparece ram como outorgante s em este Cartório, os Senhores Doutores RODOLPHO WERNECK, e ABDON PETIT GUIMARÃES CARNEIRO, residentes nesta Cidade de Curityba, medicos,

reconhecido s como o s proprio s de mim e das testemunhas no fim deste assignadas, e estas de mim Tabellião, do que dou fé, ahi, perante ellas disse ram que por este publico instrumento nomeava me constituia mseus bastante Procurador es neste Estado ou onde mais convier, em primeira e segunda instancia, os Doutores MARCELLINO JOSE'NOGUEIRA JUNIOR, JOÃO CARLOS HARTLEY GUTIERREZ, LUIZ GONZAGA DE QUADROS, e MANOEL LACERDA PINTO, brasileiros, advogados, residentes nesta Cidade, com poderes amplos e illimitados, para, cada um de per si ou conjuntamente, sem respeito á ordem de collocação de seus nomes, propor contra a união Federal, acção ou acções competentes para defender os outorgantes contra a violencia imminente, de que se vêm ameaçados, por parte da mesma União Federal e por motivo das exigencias relativas ao Imposto sobre os lucros das profissões liberaes; desisttir e variar de acções, receber citações pessoaes, averbar suspeições, prestar todo o licito juramento, inquerir e reinquerir testemunhas, requerer e assistir vistorias e arbitramentos, nomear e approvar peritos, prestar cauções, fianças ou outras garantias identicas, transigir livremente em juizo ou fóra d'elle, promover a execução de qualquer sentença, interpor todos os recursos legaes, arrazoal-os e sustental-os em qualquer instancia, requerer tudo quanto fôr a bem dos seus direitos e praticar todos os demais actos necessarios, inclusive o de substabelecer esta em quem convier.





todos os seus poderes em Direito permittidos, para que em seu nome, como se presente fosse ..... , possa em Juizo e fóra d'elle, requerer, allegar, defender todos os seus direitos e Justiça em quaesquer causas ou demandas civis ou crimes, movidas ou por mover em que for ..... auctor ..... ou réo ..... em um ou outro fôro, fazendo citar, offerecer acções, libellos, excepções, embargos, suspeições e outros quaesquer artigos, contrariar, produzir, inquirir e reperguntar testemunhas; dar de suspeito a quem lh'o fôr, jurar decisoria e suppletoria-mente n'alma d'elle e fazer dar taes juramentos á quem convier; dár e receber citação; tranzigir em Juizo ou fóra d'elle; assistir aos termos de inventarios e partilhas com as citações para elles; assignar autos, requerimentos, protestos, contra-protestos e termos, ainda os de confissão, negação, louvação, desistencia; appellar, aggravar ou embargar qualquer sentença ou despacho, seguir estes recursos até a maior alçada; fazer extrahir sentenças, requerer a execução dellas, sequestro, assistir aos actos de conciliação, para os quaes concede poderes especiaes e illimitados, pedir precatorias, tomar posse, vir com embargos de terceiro senhor e possuidor, juntar documentos e tornal-os a receber, variar de acções e intentar outras de novo, podendo subestabelecer esta em um ou mais procuradores e os subestabelecidos em outros, ficando-lhes os mesmos poderes em seu vigor, e revogal-os, querendo, seguindo suas cartas de ordens e avisos particulares, que sendo preciso, serão considerados como parte desta; e tudo quanto for feito pelo seu procurador ou subestabelecido, promette ..... haver por valioso e firme e para sua pessoa reserva toda nova citação. E de como assim disse ..... do que dou fé, fiz este instrumento que lhe ..... li, e acceit ..... e achado conforme o assigna ..... com as testemunhas presentes, sobre o sello federal devidamente inutilisado, perante mim, **Ataliba Silva,**

Escrevente juramentado, que o escrevi. Eu, Victor Maravalhas, 1º Tabº Intº subscrevo. (Sobre um sello federal do valôr de dois mil réis, está o seguinte): "CURITYBA, 19 de Fevereiro de 1923. (Assignados): Dr. RODOLPHO WERNECK.- Dr. ABDON PETIT GUIMARÃES CARNEIRO.- Henrique Jouve.- Edgardo de Carvalho.-" Trasladata na mesma data. Está conforme o original de que fiélmente fiz extrahir o presente traslado, ao qual me reporto e dou fé. E eu, *Victor Maravalhas* Primeiro Tabellião Interino, subscrevi, conferi e assigno em publico e raso.-

*Em test. M. Reverende*  
*Victor Maravalhas*  
*1º Tabº Intº*



Cº



*M.*

*for*



*Uembo*



Arrecadação das Rendas do Estado do Paraná

Imposto de Industrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 1923

Lançado a fl. 9 do respectivo livro. Semestre 2

Imposto . . . . . 60\$ 000

Addicional de . . . . . 12\$ 000

Multa de . . . . . \$

Nº 20603 \*

O Sr. João Candido Ferreira Jr.  
acha-se lançado a fl. 9 do respectivo livro, para pagar a  
quantia de Rs. Setenta e dois mil

proveniente do Imposto de Industrias

Medico

Collectoria de Capital em 1  
de Janeiro de 1922

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em 11  
de 1922

O Collector: Ab. Vianna





Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná



Imposto de

Serie Lancado

EXERCICIO DE 1922

do respectivo livro Semestral



1922

Impost

Addic

73

1/2 2000

de respectivo livro para pagar a

propriedade do Imposto de

Collectura de

O Collector:

Recebi a importância deste imposto em

O Collector:

Sello de Fiscalização



*Umberto*



Doc. n.º 2  
Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná

Imposto de Indústrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 1923

Lançado a fl. 15 do respectivo livro. Semestre 2

Imposto . . . . . 60 \$ 0 0 0

Addicional de . . . . . 12 \$ 0 0 0

Multa de . . . . . \$

72 \$ 0 0 0

N.º 20846 \*

O Snr. Victor E do Amaral Sr.

acha-se lançado a fl. 15 do respectivo livro, para pagar a  
quantia de Rs. Setenta e dois mil reis

proveniente do Imposto de Indústrias

Médico

Collectoria de Capital

em 1.º

de Janeiro de 1923

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em

de Jan de 1923

Collector: M. Vianna





Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná



Imposto de

Serie Lancado

EXERCICIO DE 1910

Lancado em 12 de Maio de 1910



20840 \*

do respectivo livro para pagar a

proveniente do imposto de

Collector de

O Collector:

Recibo a importancia deste imposto em

O Collector:

20840 de Fisco



L. Xavier 14

Vol. 23

9

*Alcunha*



# Arrecadação das Rendas do Estado do Paraná

Imposto de Indústrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 1923

Lançado a fl. 12 do respectivo livro. Semestre 2º

Imposto . . . . . 60,000

Adicional de . . . . . 12,000

Multa de . . . . . 0,000

Nº 20703 \*

O *Snr* Abdou Petit Carneiro Jr

acha-se lançado a fl. 12 do respectivo livro, para pagar a quantia de R\$ treze e dez mil

proveniente do Imposto de Indústrias

Medico

Collectoria de Capital em 1º  
de Fevereiro de 1923

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em 21

de Fevereiro de 1923

Pub Collector: Mo. Vianna





Recebido das Receitas do  
Estado do Paraná



Imposto de

Serie Lancado

EXERCICIO DE 1922 1923

Lancado a fl. do respectivo livro Semestre

Imposto

Adicional de

C.



1923 0702 3/

Receita pagar a

proveniente do Imposto de

Selo de Fiscalização

Collector de

O Collector

Receita a importância deste imposto em

O Collector



Ar. V. Machado  
Munich



Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná

Imposto de

Industrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 19 99 19 03

Lançado a fl. 25 do respectivo livro. Semestre

Imposto . . . . . 60 \$ 000 0

Addicional de . . . . . 12 \$ 000 0

Multa de . . . . . \$

72 \$ 000 0

Nº 21299 \*

O Snr. Manoel S. Barão Sr.

acha-se lançado a fl. 25 do respectivo livro, para pagar a  
quantia de Rs. Setenta e dois mil e seis

proveniente do Imposto de

Industrias

Collectoria de

de 19 99

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em 3

de Abril de 19 23

O Collector:





Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná



Imposto de

Serie Lancado

EXERCICIO DE 1900

Lancado a fl. do respectivo livro Semestre

Imposto

Adicional de



Multa

Recibo

Sello de Fiscalização

proveniente do Imposto de

Collector

O Collector

O Collector

Recibo a importância deste imposto em

de 1900



Mat. S. 2000 34

Doc. n.º 5

Umuha



# Arrecadação das Rendas do Estado do Paraná 10

Imposto de Industrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 1923 2º

Lançado a fl. 9 do respectivo livro. Semestre

Imposto . . . . .	60,000
Additional de . . . . .	12,000
Multa de . . . . .	72,000

Nº 20601 \*

O Sr. Alceu B. Ferreira Jr.

acha-se lançado a fl. 9 do respectivo livro, para pagar a quantia de Rs. Setenta e dois mil rs.

proveniente do Imposto de Industrias

Medico

Collectoria de Capital em 1º  
de Setembro de 1923

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em 11  
de Set de 1923  
Collector: Ab. Piam...





Recebimento do Estado do Paraná



Imposto de

Serie Lancado

EXERCICIO DE 1923

do respectivo livro Semestre

00. 1923



Q.M.

7/3

para pagar a

proveniente do Imposto de

2019 de Fiscalização

Collector de

O Collector:

Recebi a importância desta imposto em

Collector



*Ulcumb*



Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná //

Imposto de Industrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 1923

Lançado a fl. 9 do respectivo livro. Semestre 2º

Imposto . . . . . 60\$ 000

Adicional de . . . . . 12\$ 000

Multa de . . . . . \$

Nº 20602 \*

O Sr. Leonidas R. Ferreira Jr.

acha-se lançado a fl. 9 do respectivo livro, para pagar a  
quantia de R\$. Setenta e dois mil rs.

proveniente do Imposto de Industrias

Medico

Collectoria de Capital em 1º  
de Janeiro de 1923

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em  
de 16 de 1923  
Collector: Ab. Piam...





Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná



Imposto de

Serie Lancado

EXERCICIO DE 1923  
do respectivo livro Semestre



Imposto  
Adicionais  
Multa de

*[Signature]*

0000000000

0000000000

do respectivo livro, para pagar a  
quantia de R\$ *[illegible]*  
pormenor do imposto de

em

O Collector:

Recebi a importância deste imposto em

O Collector:

26 de Maio de 1923



Obau Pereira

Doc. n.º 7

# Arrecadação das Rendas do Estado do Paraná



Imposto de Indústrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 19 29 19 25

Lançado a fl. 51 do respectivo livro. Semestre 2º

Imposto . . . . . 60\$ 000

Adicional de . . . . . 12\$ 000

Multa de . . . . . \$

Nº 21627 \*

O Sr. Carolinus Silveira da Motta

acha-se lançado a fl. 51 do respectivo livro, para pagar a quantia de Rs. Setenta e dois mil

proveniente do Imposto de Indústrias

Medico

Collectoria de Capitaf em 1º

de fevereiro de 19 25

O Collector: .....

Recebi a importancia deste imposto em 28

de Março de 19 25

O Collector: Famora



Sello



A rectangular postage stamp from Brazil. At the top, it says 'THE SOUV. NATIONAL'. Below that, 'BRASIL' is written in a decorative banner. The central image is a profile of a man's head, facing right. Below the profile, another banner reads 'THE SOUV. NATIONAL'. At the bottom, the value '600' is prominently displayed in a large, stylized font, with 'REIS' on either side. The entire stamp is framed by ornate, symmetrical scrollwork.

Sello de Fiscalización

Collector: O. S. S. S.

:rotello9 O



b. Kraus

Umm...



Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná

Imposto de

Industrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 1923

Lançado a fl. 17 do respectivo livro. Semestre 2º

Imposto . . . . . 60\$ 000

Adicional de . . . . . 12\$ 000

Multa de . . . . . \$

72\$ 000

Nº 20929 \*

O Snr. Francisco M. Franco Sr.

acha-se lançado a fl. 17 do respectivo livro, para pagar a  
quantia de Rs. Setenta e dois mil reis

proveniente do Imposto de

Mechico

Collectoria de

Capital

em 1º

de Fevereiro de 1923

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em

de Fevereiro de 1923

pelo Collector:

M. Vianna



Se



Recebido das Rendas do  
Estado do Paraná



Imposto de

Serie Lancado

EXERCICIO DE 1913

Lancado a fl. de respectivo livro Semestral

Imposto

Multa de 10%

Multa de

10%



para pagar a

proveniente do Imposto de

em

Collector de

O Collector:

Recebi a importância deste imposto em

O Collector:

Sello de Fiscalização





Doc. n.º 9 14  
Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná

Imposto de Indústrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 19 23

Lançado a fl. 4 do respectivo livro. Semestre

Imposto . . . . . 60\$ 000

Adicional de . . . . . 12\$ 000

Multa de . . . . . \$

72\$ 000

N.º 20354 \*

O Snr. Luiz O. Medeiros Sr.  
acha-se lançado a fl. 4 do respectivo livro, para pagar a  
quantia de Rs. Setenta e dois mil reis

proveniente do Imposto de Indústrias

Medeiros

Collectoria de Capital em 1  
de Fevereiro de 19 23

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em

de banco de 19 23

O Collector:

de Vianna

Sello de Fiscalização





Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná

Imposto de

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922

de respectivo livro 2 em 2

Imposto

Adicional de

400



52925

11

3

proprietário do imposto de

em

O Collector

Receta e importância deste imposto em

O Collector

2610 de 1922



Doc. n.º 10

15

*Membr*



# Arrecadação das Rendas do Estado do Paraná

Imposto de Indústrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 1923

Lançado a fl. 17 do respectivo livro. Semestre 1.º

Imposto . . . . . 60,00

Adicional de . . . . . 12,00

Multa de . . . . . \$

72,00

Nº 18399 \*



O Snr. Rodolpho Wainick

acha-se lançado a fl. 17 do respectivo livro, para pagar a quantia de Rs. setenta e dois mil reis

proveniente do Imposto de Indústrias

iscalização

Collectoria de Capital em 7

de Julho de 1922

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em 7

de Agosto de 1922

O Collector:

M. B. Barbosa





Arrecadação das Rendas do  
Estado do Paraná



Industrias

Imposto de

Serie Lancado

EXERCICIO DE 1922-1923

Lancado a fl. do respectivo livro Semestral

Imposto

C. 4



123456789

18300 \*

M.

Recebi a importância deste imposto em  
para pagar a

Industrias

proveniente do Imposto de

Collector de

de 19

O Collector:

Recebi a importância deste imposto em

de 19

O Collector:

Selo de Fiscalização



L. Xavier 14

Doc. n.º 11

16

# Arrecadação das Rendas do Estado do Paraná

Imposto de

Indústrias

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 1923

Lançado a fl. 12 do respectivo livro. Semestre

2º

Imposto . . . . . 60,000

Adicional de . . . . . 12,000

Multa de . . . . . \$

72,000

( Nº 20704 \*

O Sr. Ismael Mutel

acha-se lançado a fl. 12 do respectivo livro, para pagar a quantia de Rs. Setenta e dois mil

Indústrias

proveniente do Imposto de

Médico

Collectoria de

Capital

em 1º

de fevereiro de 1923

O Collector:

Recebi a importancia deste imposto em

14

de fevereiro de 1923

O Collector:

Baumgart





Recebido das Rendas do  
Estado do Paraná



Imposto de

Serie Lançado

EXERCICIO DE 1922 1923

Lançado a fl. do respectivo livro Semestre



1922 a 1923

Adição

Multa

\* 20704 \*

do respectivo livro para pagar a

proveniente do imposto de

em

O Collector:

Recebi a importância deste imposto em

de 1922

O Collector:

0505115217 9b 01192





Certifico que expedio  
se mandado de intima-  
ção na forma  
requerida; dou  
fe.

Coritiba 5 Abril 1923

Obs: ~~Obs: ...~~

por Mairat

---



Juntada

Das 5 de Abril de 1923,  
junto o mandado em  
fronte. Em Fran-  
ceses Maravachas, Es.  
cerreta, o esen





O Dr João Baptista da Costa Carvalho Filho, Juiz Federal na Seção do Paraná.

Mando aos Officiaes de Justiça que perante mim compareçam, a quem este se-  
rá apresentado, indo por  
mim assignado, que em  
seu cumprimento e a re-  
querimento dos Doutores  
João Candido Ferreira, Vi-  
ctor Ferreira do Amaral  
e Silva e outros, facam  
as intimações constantes  
da petição, por todo  
contendo da mesma e  
seu respectivo despacho,  
adiante transcriptos.

O que cumpram na  
forma da lei - - -

- Petição -

Exmo Snr. Dr. Juiz Fede-



Federal da Secção do  
Paraná. Os douto-  
res João Candido Fer-  
reira, Victor Ferreira  
do Amaral e Silva, Ab-  
don Pettit Guimarães  
Carneiro, Manoel Barros,  
Alceu do Amaral Fer-  
reira, Leonidas do Ama-  
ral Ferreira, Carlos  
do Silveira da Motta,  
Francisco Martins Franco,  
Luiz O. de Medeiros, Ro-  
dolpho Werneck, Guimarães  
Javarez Mutef e Mi-  
roslan Exeligowski, me-  
dicos, com consultórios  
estabelecidos nesta Cida-  
de, onde exercem sua  
profissão, representados  
por seu procurador abai-  
ço assignado, justamen-  
te recusados de serem  
incummodados por me-  
didas vexatorias e violen-





violentas e molestadas na posse dos bens constitutivos de seu patrimônio pela Fazenda Federal, a pretexto de execução das leis e regulamento concernentes ao imposto sobre o lucro líquido das profissões liberais, querem, fundados no art.º 501 do Código Civil e nos termos do art.º 413, §. III, da Consolidação do Processo Federal, propor contra a mesma Fazenda, neste Juízo, uma acção de embargo à primeira ou interdito prohibitorio, em que se propõem provar com documentos e testemunhas, o seguinte:

Que os Supplicantes exercem, como médicos, a respectiva profissão nos



nesta Capital, onde  
residem e mantem os  
seus escriptorios; — —

Q<sup>ue</sup> 2<sup>o</sup>

Que os supplicantes pa-  
gam ao Estado o im-  
posto devido pelo ex-  
ercicio da mercancia  
da profissao (Does. n.<sup>o</sup>....)

Por outro lado;

Q<sup>ue</sup> 3<sup>o</sup>

Que os supplicantes  
estao na posse publi-  
ca, mansa e pacifica  
de todos os bens, de que  
se compoe o patrimonio  
de uns e outros, e consis-  
tentes em predios, mo-  
veis, carros, animaes  
de tracção e automoveis,  
praticando em relacão a  
ditos bens toda sorte de  
actos possessorios revela-  
dores da propriedade que  
sobre os mesmos têm;





Que, entretanto, a supplicada, por intermedio de seus Agentes e a pretexto de dar execução á lei e regulamento concernentes ao imposto de renda, na parte relativa aos lucros líquidos das profissões liberais, ameaça incommodar os Supplicantes com medidas violentas e vexatorias e molestar sua posse com a imposição de multas, fixação arbitrária de lucros, cobrança judicial do imposto e das multas impostas e consequente perihora, pela qual serão os Supplicantes privados d'aquella posse;

Que essa violação é









é grosseiramente inconstitucional, e, portanto, irrita e nulla; pois é certo

7.º  
Que a lei federal n.º 4440, de 31 de Dezembro de 1921, no numero 4.º do art.º 1, incluiu entre as fontes da Receita Geral da Republica, creando-o, o imposto sobre lucros das profissões liberais, na proposição allí estabelecida, o qual passou para o n.º 4.º do artigo 1.º da lei n.º 4625 de 31 de Dezembro de 1922.

8.º  
Que, porém, tanto a lei n.º 4440 de 1921, como a de n.º 4625 de 1922 são inteiramente attentatorias do art.º 9, n.º 4, da Constituição Federal, visto o imposto por ellas crea-



criado e lançado ser um  
disparce grosseiro do  
imposto de indústrias  
e profissões, que na  
partilha tributária con-  
stitucional foi attribu-  
ido exclusivamente aos  
Estados, não podendo  
a União decretá-lo.  
(Cons. Fed. art. 12; Dir. vol. 88, pag. 163; 96 p. 192. Acc.  
do Sup. Trib. Federal de 31  
de Dezembro de 1918; Idem  
de 14 de Setembro de 1922) -

Isto é tanto mais exacto,  
quanto ao imposto so-  
bre o lucro líquido de  
uma profissão ou era  
esta, diminuindo-lhe os  
provenhos, e o Supremo  
Tribunal Federal, em  
muitos acordãos,  
tem decidido que não  
é a denominação, com  
que se procura mas-





mascarar um tribu-  
 to, o que determina  
 sua validade em  
 face da constitui-  
 ção (Dec. de 24 de  
 Novembro de 1894; de  
 30 de Janeiro, 13 e 23  
 de Fevereiro, 2 de  
 Março, 26 de Agosto,  
 9 e 25 de Setembro de  
 1892; 23 de Março e  
 9 de Dezembro de 1896;  
 13 e 20 de Julho de 1898;  
 de 14 de Setembro de  
 1912; de 3 de Janeiro  
 e 9 de Dezembro de 1914,  
 além de muitos outros.)

O — go —  
 Que, por outro lado,  
 o Regulamento que  
 baixou com o Decreto  
 n.º 15.589, de 29 de Ju-  
 lho de 1922, para  
 execução da lei n.º  
 4440 de 1921; é grossei-



grossieramente contra-  
ria a textos expres-  
sos da Constituição  
Federal, e, como a  
própria lei regula-  
mentada, irrita e nul-  
lo; pois, é certo

Que — 10º —

Que o Poder Execu-  
tivo, expedindo aquel-  
le Regulamento, exce-  
deu os limites de  
suas attribuições con-  
stitucionaes de poder  
regulamentador, por-  
que criou obriga-  
ções e instituiu pe-  
nas não previstas pe-  
la lei regulamenta-  
da, na parte referen-  
te ás profissões libe-  
raes; estabeleceu a  
mais illegal desigual-  
dade entre os contri-  
buintes do imposto,





imposto, cuja ~~arte-~~  
 cadação regular,  
 autorizou a viola-  
 ção do segredo pro-  
 fissional e restrin-  
 giu a livre exercício  
 d'aquellas profissões,  
 em franca antinomia  
 com os artigos 48, nº  
 1, segunda parte, e 72,  
 §§ 2º e 24, da Constitu-  
 ição, além do artº 9º nº 4,  
 violado anteriormente  
 pela citada lei nº 4440;  
 mas é sabido — —

— 11º —

Que, contra a ameaça  
 de cobrança de impos-  
 tas inconstitucionaes,  
 tem inteira procedencia  
 o recurso de interdito  
 prohibitorio (Dec. do  
 Sup. Trib. Federal, de  
 24 de Janeiro de 1917 Rev.  
 de Dir., vol. 10, pag 36; De



Decisão do Juiz Federal  
da 2ª Vara do Distri-  
cto Federal, na acção  
proposta pelos advogados  
do respectivo foro);

Em 12 de  
Janeiro, em face do exposto,  
e para de duvida que  
os Supplicantes, no  
presente interdicto pro-  
hibitorio, pleiteam um  
direito liquido e incont-  
estavel, a ser por el-  
le protegido. Nessas  
circunstancias, reque-  
rem os Supplicantes a  
V. Ex.<sup>a</sup> que se digne se-  
gurar os contra a vi-  
olencia imminente, de  
que se sentem amea-  
çados, expedindo-se  
mandado prohibito-  
rio contra a Fazenda  
Federal e intimando-  
se o Delegado Fiscal do





do Thesouro Nacional  
e os Collectores fede-  
raes, nesta Cidade,  
para se absterem de  
praticar, em nome  
da Supplicada, con-  
tra os Supplicantes,  
qualquer acto violento  
e vexatório, que  
os incommode ou  
venha turbar a sua  
posse, sob pena de  
pagar a mesma Sup-  
plicada durositos con-  
tos de reis, para cada  
contravenção, citan-  
do-se o Dr. Procura-  
dor Seccional para  
oppor, a' primei-  
ra audiencia d'este  
Juizo, os embargos  
que tiver, commi-  
nada a pena pedida,  
aliao se julgara a  
commi-nação por seu





sentença. Avalia-  
se a presente causa,  
para o effeito do  
pagamento da taxa  
judiciaria, em dez  
contos de reis, e se  
protesta por todas  
as demais especies  
de provas admitti-  
das em direito. Vós  
termos DD. deperimen-  
to Com procuração  
e 12 documentos. (Es-  
tad duas estampilhas  
federaes no valor total  
de 2400 reis, assim  
inutilizadas:.) Cari-  
tiba 4 de Abril de 1923.  
4-4-23 - 4-4-23. Mar-  
cellino José Noguei-  
ra Junior. — — —

Despacho -  
Cl. Suu. C. 4-IV-23.  
C. Carvalho. Nada  
mais se continha na





na petição e despacho  
acima transcritos e  
doe fei. Dado e pas-  
sado nesta Cidade de  
Curitiba aos cinco  
de Abril de 1923. Eu  
Francisco Maravalhas,  
Escrivão juramentado,  
o escrevi. J. Paul Mai-  
or, escrivão. Que subscrevi  
Carvalho

Emolumentos do M. Juiz:





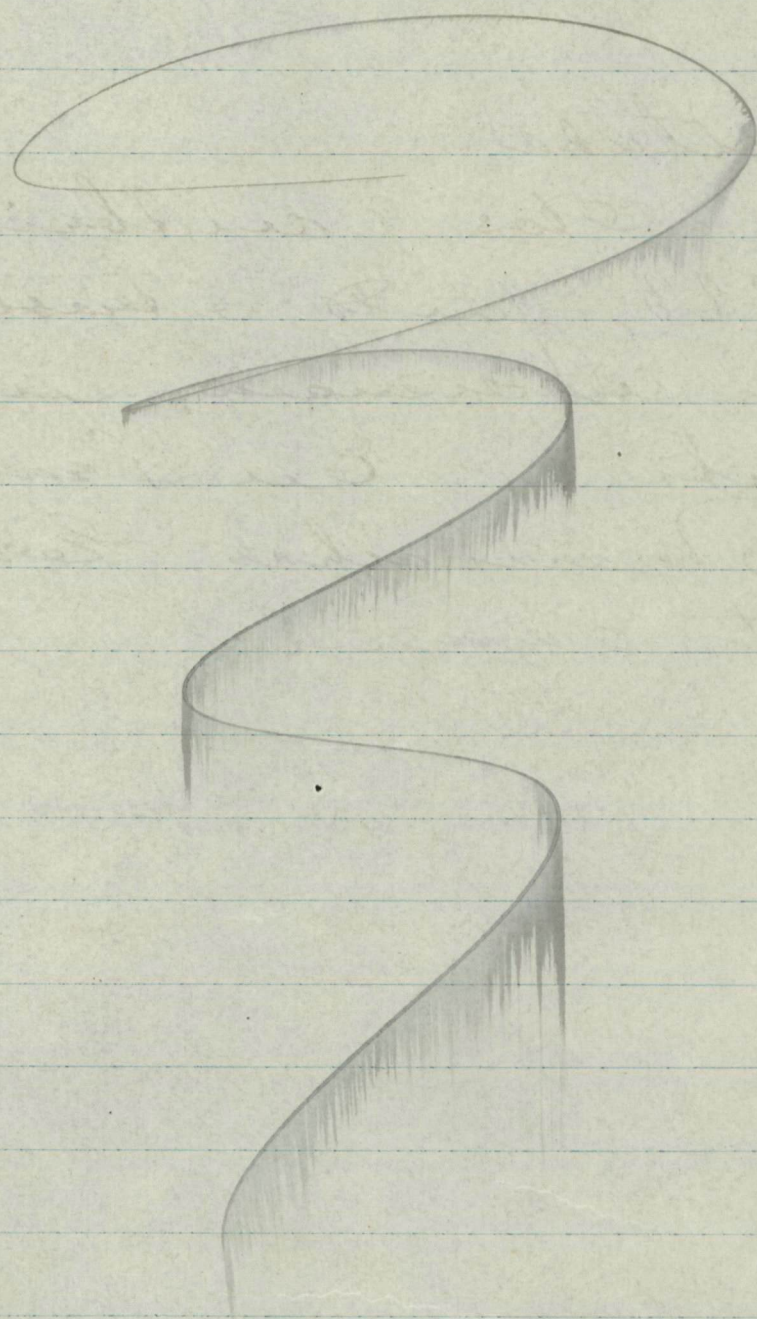
14  
Certifico, em cumprimento ao man-  
dado retro e sua assignatura, que  
intimui nesta cidade os Senhores  
Deputados Delegados Fiscal, do The-  
souro Federal deste Estado, e Pro-  
curador da Republica, bem como os  
Senhores Collectores desta cidade, por  
tudo contincho ao mesmo man-  
dado por lhes li e bem sciencia fi-  
cararam, offerecendo-lhes contrapi-  
que só accuítar o Deputado Procu-  
rador da Republica. Cuperido e  
verdade do que sou fi.

Coritiba, 6 de Abril de 1923

João Baptista Belto  
Official de justiça









Justa -

Os 9 de Abril  
de 1923, junto a testa-  
da de audiência, em  
frente. Em San-  
to Manuella, Escor-  
mento, o mesmo





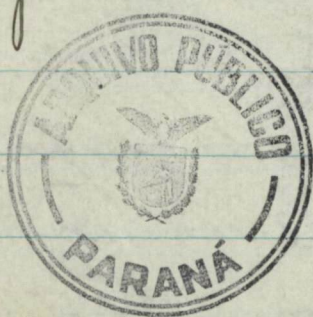
Traslado da Audiência de 7 de  
Abril de 1913.

Oco audiência civil, hoje, no lugar  
do costume, o Dr. José Baptista da  
Costa Carvalho Filho, Juiz Federal,  
aberta a mesma com as forma-  
lidades da lei, ao fogue de camp-  
inha, pelo porteiro José Baptista  
Bello, nella comparecer o advo-  
ga do Dr. Luis G. de Quadros, procu-  
rador dos Drs. João Bandeira Fer-  
reira e outros, na accão de em-  
bargos a' primeira ou interdito  
prohibitorio, que moveu con-  
tra a União Federal, por sua fa-  
zenda Nacional, e por elle foi  
dito, em nome de seus constitu-  
nites, que já tendo sido citados  
a réo, mas pessoas dos  
Drs. Procurador Geral da  
República e Delegado Fiscal  
deste Estado, conforme se de  
citado separada no mandado pro-  
hibitorio expedido e puto aos  
autos, nella accusas ditas



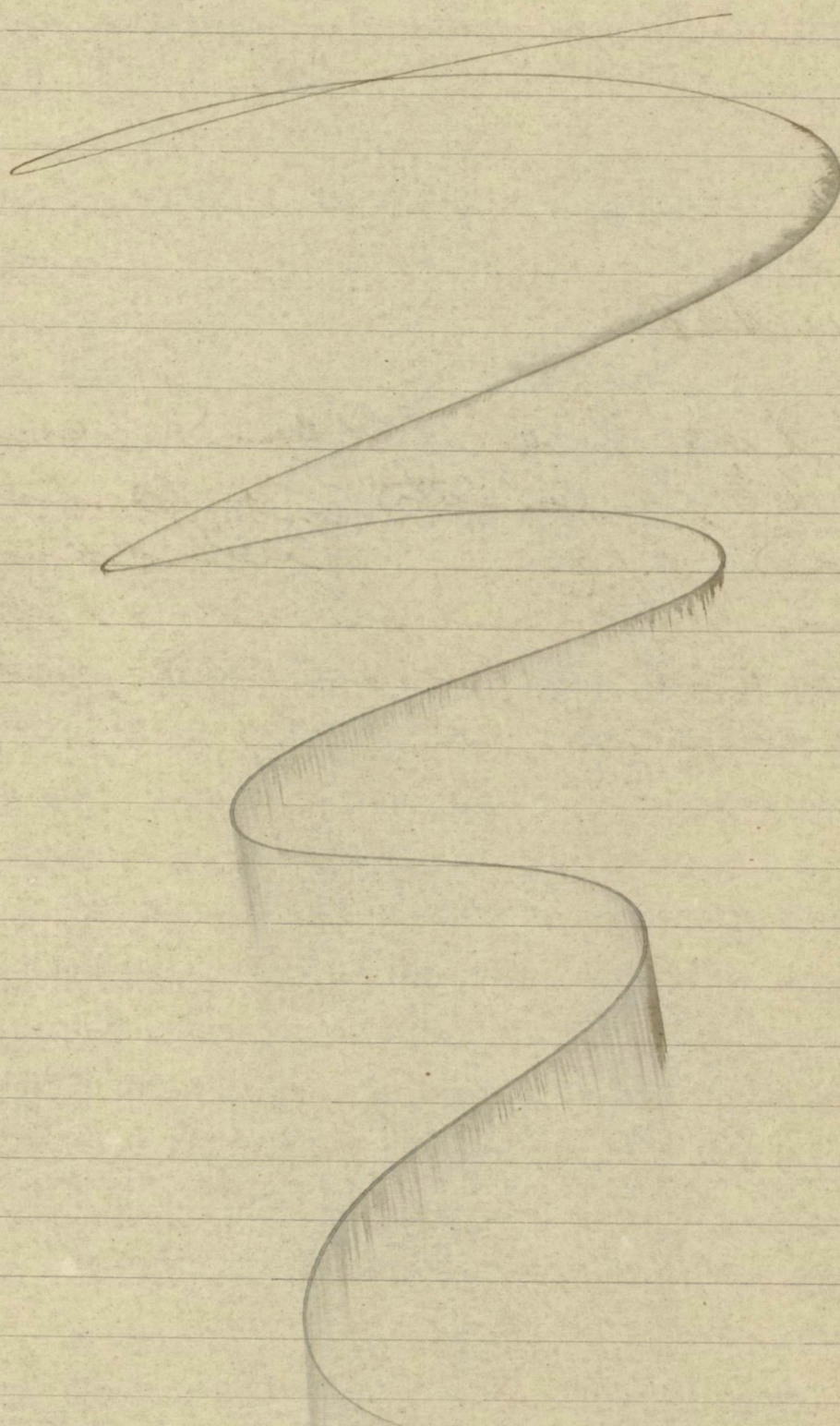
citações e requeria que, sob  
pregão, fossem havidas por lutas  
e deusadas, a accão por proposta  
e perpetuada em juízo, para tudo que  
lha, neste acto, a petição inicial, do-  
cumentos e fe' de citacão; e, entesim,  
pedia que, sob o mesmo pregão, ficasse  
assignado a ré o prazo legal para  
adepera, sob pena de revelia e  
confesso. Apregoadas eampa-  
reço a O' Procurador da Republica que  
pedis vista dos autos, sendo pelo  
juiz deferido. Tada mais haen-  
do, lavrou-se este termo que  
assigna o Juiz e o porteiro: Eu  
Juiz Manoel Maracahás, Escrevente,  
escrevi. Eu Paul Plaisant,  
Escrevente subscreevi. C. Carva-  
lho, João Baptista Bueno.

enfim o juiz deu, de



O Juiz  
Paul Plaisant







Yuntada

Dos 9 de Abril de  
1923. Junto a peti-  
ção sem prejuizo.  
Em Francisco Maria  
valhas, Escrevente, e  
escrevi.



25. Sr. Dr. Juiz Federal

desta secret.



Sr.

P. 9.14.923

Barcelh

Dizem os Drs. João Cândido Ferreira e outros, por seu procurador abaixo, no acesso de interdicto proibitivo ou embargo à primeira vez, por este juízo, movem contra a União, que, deitaram de exhibir, com a polícia municipal, o documento pinto, por ter sido obtido por turpemente. Quando agora pinto tal o aos autos da requerida access, pedem a V. Ex. se se digue ordenar a pinto da, antes da vista a parte contrária.

Walter Torres

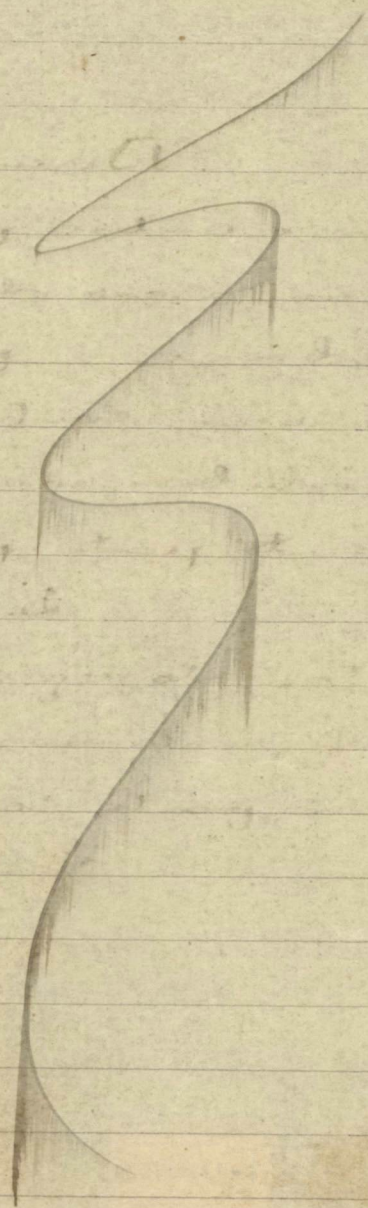
S. S. deperimento



Continha, 9 de Abril de 1923

Dr. Luiz G. Faria







Doc. n.º 72

30

# Arrecadação das Rendas do Estado do Paraná

*Uembo*



Exercicio de 19 *22* 19 *23*

Série Não Lançado

Nº 82105

Rs. *79 200*

O Snr. *D. Mikollos Szekegyorsky*  
pagou nesta Collectoria a quantia de Rs. *setenta e*  
*noze mil e duzentos* res  
proveniente de *Divida activ. do Im-*  
*posto de Indústrias e Profissões*  
*relativos ao 2º semestre do corrente*  
*exercício*

*Medico*

Collectoria de *Contas* em *6*  
de *Junho* de 19 *23*

O Collector,

*Francisco*





Paraná

Estado do

Série Não Lancado

18

Exercício de 18



Seio de Fios e Olhos



Nota.

Das 9 dias do mes  
de Abril de 1923, fuero  
estes autos com nota do  
Sr D. Procurador da  
Republica. Eu Fran-  
cisco Maravilhas, Escrevente,  
o escrevi. Por Mair,  
escrivão, subsc.



Nota.

Vão de subsc. em separado.  
Curitiba, 13 de Abril de 1923  
Leuz, Francis Xavier  
- A. da Republica -

Data.

Das 13 de Abril de  
1923, me foram entregues  
estes autos. Eu Fran-  
cisco Maravilhas, Escrevente,  
o escrevi. Por Mair,  
escrivão, subsc.



Yuetada -

Olas 13 de Abril de 1923,  
punto de embarques en  
frente. En San-  
cristo Maravillas los  
Arreute, o es en i. p. del  
Mairas, en i. p. del







Por embargos a intérdicto prohibitorio, diz a Fazenda Nacional, como embargante contra os Drs. João Candido Ferreira e outros (embarcados) por esta e melhor fórmula de direito o seguinte:

- P. Que o interdicto prohibitorio solicitado e concedido, tem por fim sustar os effeitos das leis N<sup>os</sup> 4.440 de 1921, e 4.625 de 31 de Dezembro de 1922, que incluiu entre as fontes da Receita Geral da Republica, o imposto sobre o lucro das profissões liberaes;
- P. Que o fundamento da medida requerida, repouza sobre a inconstitucionalidade das leis referidas, e nessa conformidade, o meio invocado foi manifestamente illegal e contraria expressamente a jurisprudencia dos Tribunaes;
- P. Que é sabido e corrente em direito, que uma lei só pode ser declarada inconstitucional, por meio de acção ordinaria, e não por uma medida violenta e summaria como é a acção de preceito comminatorio;
- P. Que as leis, cujos effeitos se pretende burlar, com a medida solicitada não são inconstitucionaes e o imposto por ellas creado não incide no imposto ~~que os embargados~~ *que os embargados* entram para os cofres do Estado, sob a denominação de imposto de industria e profissões;
- P. Que o Art. 12 da Constituição Federal, faculta a União e aos Estados cummulativamente ou não, a criação de fontes de receita;
- P. Que o poder de crear fontes de receita, não tem limitação, porque um imposto pode ser cobrado, simultaneamente, pela União e pelo Estado em certas emmergencias;
- P. Que o imposto sobre os lucros auferidos pelo exercicio das profissões liberaes, é de natureza diversa, do imposto pago sob a denominação de industria e profissões e pertencentes aos Estados;
- P. Que nos melhores de direito os presentes embargos devem ser recebidos e julgados procedentes, para o effeito de ser caçado o mandado concedido, e como consequencia, a decretação da improcedencia da



acção proposta, com a condenação do pagamento de custas.

Curitiba, 13 de Abril de 1923.

Luiz Carlos Schunk.

Procurador da Republica -



blm

Das 13 de Abril de 1923,  
 fasso estes autos conclusos  
 admm. do Juiz Federal,  
 Em Francisco Maranhão,  
 Escrevente, o escrivão,  
 Paul Maia, met, etc.

lyrs

Realdo a subscricao. Em  
 juizo.



P. 13. IV. 923

Maranhão

Data -

No mesmo 13 supra  
 declarado me foram en-  
 tregados estes autos. Em  
 Francisco Maranhão, Es-  
 crevente, o escrivão, Paul  
 Maia, met, etc.



Junta

No 23 en Abril 1823,  
funda o traslado de  
audiencia en junta.

En Santa Fe de Bogotá

por mandado de V. E.

Manuel de





Traslado da audiência  
de 20 de abril de 1923.

Deo audiência civil, hoje,  
por ser amanhã feriado na  
semana, à hora 13, o Dr.  
João Baptista da Costa bar-  
recho Filho, juiz Federal,  
aberta a mesma com as  
formalidades da lei, a to-  
que de campanha, pelo  
porteiro João Baptista Bello,  
nella compareceu o Dr. Pro-  
curador da Republica e por el-  
le foi dito que nos autos  
de interdito prohibitorio  
que são requerentes o Dr.  
João Candido Ferreira e an-  
tes, estando em prova os  
embargos oppositos pela União,  
aberta a respectiva dilacão  
e requeria, sob prego, se  
havere a mesma por  
aberta, sciustificada a parte  
contraria. Apreszadas



compareces a D. Marcelino  
Nogueira Junior, que de-  
clarem fixar sciencia. Pelo  
Juris Dei deferido. Toda  
muito havendo, lavram-se  
este termo que assigna  
o Juris e o portiro. Em  
Francisco Maranhão, Es-  
crevente o escrevem. Em  
Paul Plaisant, Escrevem  
subescrevem. C. Caroa-  
lho, João Baptista Bello.  
Confermo pelo Dado; da  
fe.

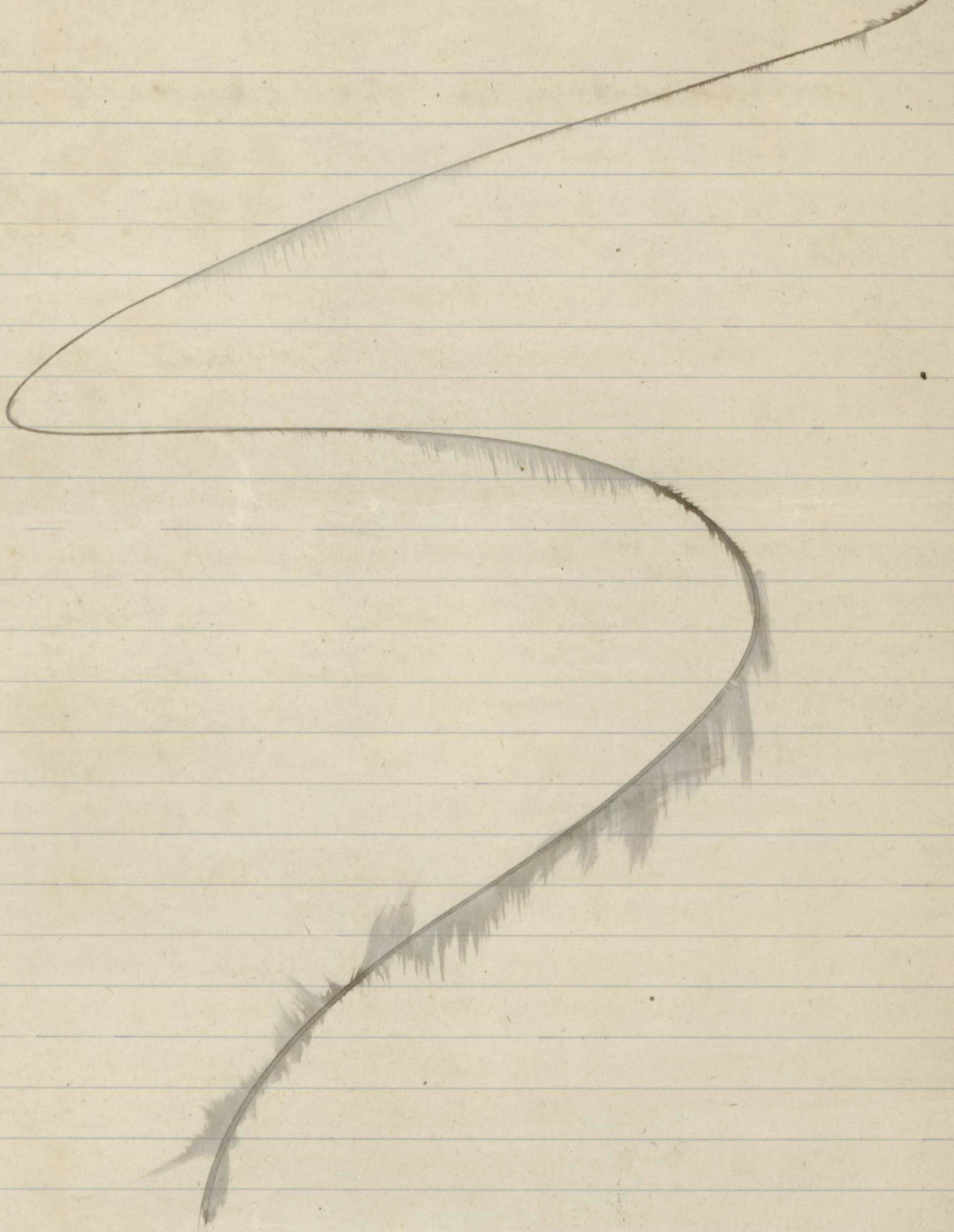
O Juiz  
Paul Plaisant



D-  
3.550



30





Yuntada  
Olas y de Mm  
del 1923, junto a  
petición con junta.  
Eni Tammobadma  
ravachas, Escento  
a escento - 1/2, 1/2  
Maison, negro, pulcrum



Ex<sup>mo</sup> Sm. Dr. Juiz Federal desta  
seção.

Em, em termo

P. 3. V. 923

Barcelh



Ogem os Drs. João Car-  
doso Ferreira e outros, por seu procu-  
rador abaixo, no interdito prohibito-  
rio que, por este juizo, moveu contra a  
União, que, estando a correr a dilacão  
probatoria, querem produzir prova tes-  
temunhal. Para isso offerecem  
o rol, abaixo, de testemunhas e pedem  
a V. Ex<sup>ta</sup> que se digne mandar designar  
dia e hora para essa significacão, senen-  
tificada a parte contraria na pes-  
soa do Dr. Procurador Secional.

Nestes termos

P. P. de perimento.

Corteia, 7 de maio de 1923

UV.



J. J. J. J.

Rol de testemunhas:

1. Fernando Germano P. Germano.
2. José de Sá
3. Eugenio Bittercourt
4. João Suppliz de Lacerda.



Costa

Designe o dia  
10 do corrente á hora  
12, no lugar do cos-  
tume.

C. J. Mais 1923

Obsv  
Paul Mais

---

Certifico que, da pe-  
tição seu despacho  
e esta supra, inti-  
mei o Sr. D. Pro-  
curador da Repu-  
blica; deu fe.

C. J. Mais 1923

Obsv  
Paul Mais

---





# Observada

Das 10 de Maio de 1923,  
n'esta cidade de Curitiba,  
na sala das audiencias,  
onde presente se achava  
o Sr. Juiz Baptista da Cos-  
ta Carneiro Lillo, Juiz  
Federal, comizo. Escrevite,  
abaixo nomeado; o Sr.  
Leur G. de Quadros, ad-  
regado das audiencias e o  
Sr. Procurador da Repu-  
blica; ali foram in-  
quiridas as testemunhas as  
testemunhas, conforme  
a diante se ve; do  
que fiz este termo.  
Em Curitiba a 10 de Maio  
de 1923. Eu, Juiz Federal,  
Paulo Henri-  
que de Souza, Juiz de Direito.

Assin



Principia testemunha Juaz  
Suplicy de Lacerda, com  
trinta e quatro annos,  
casado, natural da  
Lapa, dinte Estado,  
Commerciante, resi-  
dente nesta Cidade, sa-  
be ler e escrever; aos cos-  
tumes disse nada;

Testunha que dynais se-  
ter prestado a promes-  
sa legal e de ser inqiri-  
rido acerca dos itens  
de facto da petição inicial  
que lhe foi lida, disse  
que residir na nesta Capi-  
tal, ha muitos annos,  
sonhece pessoalmente os  
autores e sabe exerceram  
elles a profusão de me-  
dicos, nesta Cidade,  
onde residem e têm  
os seus consultorios;  
que effectivamente sabe  
serem elles proprietarios



proprietarios de diversos  
 bens, moveis e immoveis,  
 situadas nesta Cidade  
 e em outros lugares deste  
 Estado, estando na pos-  
 se mansa e pacifica  
 de ditos bens; que en-  
 tre elles pode indicar  
 a casa da rua Miseri-  
 cordia em que mora o  
 primeiro autor, uma  
 fazenda na Lapa, au-  
 tornaveis, apparellas de  
 consultorias e outros que  
 todos possuem; em  
 effectivamente a pretexto  
 de cobrança de imposto  
 de renda a Supplicada  
 ameaça por seus Agentes  
 e pela cobrança executiva  
 desses impostos, e conse-  
 quente perbora, a posse  
 dos Supplicantes ou autores  
 n'aquelles bens. Dada  
 a palavra ao Dr. Procu-



da Republica, por elle  
foram feitas perguntas  
que, deprimidas, a teste-  
muncha respondeu que  
em absoluto até a pre-  
sente data, os autores  
nada foram executados  
e elle deponente acha  
que os autores estão  
ameaçados em virtude  
da propria lei; que  
tambem avisa dizer  
por palavras dos fixos  
fiducias que os autores  
iam ser executados para  
o pagamento do impo-  
sto sobre renda; que  
nada se recorda dos  
nomes dos fixos que  
isto affirmaram. Pelo  
procurador da Republica  
foi dito que contestou  
o depoimento da teste-  
muncha por ser empen-  
gado na E. de Viana São



São Paulo Rio Grande  
da qual é advogado  
o Dr. Marcelino Rogui-  
na Junior, promotor  
dos autos e é tio do  
mesmo deponente. Pela  
testemunha foi dito que  
confirmando o seu depo-  
nimento, por ser a expres-  
são da verdade e que  
não é e nunca foi em-  
pregado da E. de Ferro,  
sendo apenas sobrinho  
afim do advogado referi-  
do, nenhum interesse,  
tendo, por em, na  
causa, nem parentes  
e com as partes. Na-  
da mais disse nem per-  
guntado lhe foi. Pelo que  
lido e achado confor-  
me, assigna seu  
deponimento como o  
Juiz, advogado e  
o Dr. Promotor da



Republica. E em fim  
cisco Maranhão. E  
crente, o esen-  
do. Por mais que  
julga.

Barral  
João Aplicy de Lucena  
Luiz G. F. F. F.  
Luiz F. F. F.  
Procurador da Republica.

Segundo testemunha Fer-  
nando Pedreira Rodri-  
gues Germano, com  
37 annos, casado,  
natural da Bahia.  
Escrivão de Superior  
Tribunal de Justiça,  
residente nesta cida-  
de, sabe escrever e ler,  
aos costumes disse na-  
da. Testemunha que  
percebe a promessa  
legal e sendo ningu



niquirica acerca dos  
 ritos de facto da parti-  
 cipaç<sup>ão</sup> inicial que lhe  
 foi lida, disse que  
 conhecesse os autores e  
 sabe serem ellas mui-  
 dentes nesta localidade  
 onde exercem a pro-  
 fissão de médicos e  
 mantem seus consul-  
 torios; que sabe  
 serem os mesmos  
 autores proprietarios  
 de predios, maceis  
 e sementeiras, sobre  
 as quaes exercem  
 seus direitos de honros  
 e tem pouca manobra  
 e pacifica; que effecti-  
 vamente em consequen-  
 cia da propria lei e  
 do regulamento refe-  
 rente ao imposto de ren-  
 da sobre os lucros liqui-  
 dos das profissões libe-



liberaes e da execução ju-  
dicial em caso de  
não pagamento volun-  
tário, estão os autores  
ameaçados na posse  
d'aquelles bens pela  
penhora que advirá  
dessa execução, adas  
esses a que os agentes  
da R. e, em obediência  
à lei não poderão  
deixar de levar a effei-  
to. Dada a palavra  
ao D. Procurador da  
Republica, por elle foram  
feitas repenitido que  
a testemunha respon-  
deu que o depoente  
não tem conhecimento  
de que tivesse sido  
iriciado qualquer  
executivo contra os  
autores ou contra  
qualquer pessoa, sa-  
bendo apenas terem



terem sido sancionados pelos Collectores e por editaes para o pagamento do imposto. Nada mais disse nem perguntado lhe foi, pelo que lido e achado conforme, assigna-se o deponente, com o Juiz, advogado e o Dr. Procurador. Em Foz de Iguazú, Maranhão, Escrivão e escrevi, L. Bonf. Maranhão, em 5 de Junho.

Maranhão

Fernando Pedreira Rodrigues Germano  
Luiz G. Lins  
Luiz Thomaz, Advogado  
- Procurador da República -



Ter



4  
Treceira testemunha José  
Vicente de Sá, com  
vinte e seis annos, sol-  
teiro, natural de Por-  
tugal, Pharmaceuti-  
co, residente em Co-  
ritiba, sabe ler e es-  
crever; aos castigos  
disse nada. Teste-  
munga que question  
a promessa legal e  
sendo interrogada acer-  
ca dos fatos de facto,  
da petição inicial que  
lhe foi lida, disse  
que reside nesta capi-  
tal ha quatro annos,  
conhece todos os autores  
e sabe serem elles me-  
dicos, exercendo uma  
profissão nesta cida-  
de onde residem e têm  
os seus escriptorios; que  
sabe tambem de sciencia  
propria serem os auto-



autores dosros e passu-  
 idores de diversos bens  
 moveis e immoveis,  
 constitutores de patri-  
 monios de cada um,  
 bem como consulto-  
 rios apparelhados, de  
 tudo estando na  
 posse mansa e paci-  
 fica; que sabe tam-  
 bem ameaça digo, que  
 sabe tambem haver  
 ameaça de turbacão na  
 posse desses bens, por  
 parte da re<sup>a</sup>, na execu-  
 ção que se faz para  
 a cobrança de impostos  
 sobre a renda, sabendo  
~~de~~ mais que os au-  
 tores têm sido conve-  
 nidos pelos agentes do  
 fisco e por meio de  
 editaes, para esse paga-  
 mento, sob pena de  
 execução em obediencia



a lei. Dada a pala-  
vera ao D. Procurador  
da Republica, por elle  
foram feitas pergun-  
tas que a testemunha  
respondeu que não  
houve contra a pessoa  
dos autores ou contra  
qualquer, execução ju-  
dicial para o paga-  
mento do imposto  
sobre renda. Nada  
mais disse nem pergun-  
ta-lhe foi, pelo que, lido  
e achado conforme, as-  
signa o seu depoimento.  
Eu transcrevo manada  
lhas. Escrevendo, o escri-  
ta, Paul M. de S. S. S. S. S.

Carro  
José Vieira de Sá  
Luiz G. Soares  
Luiz Carlos Almeida  
Procurador da Republica.



## Requerimento

Em segunda, pelo advogado dos autores foi dito que tendo sido inquiridas três testemunhas, cujos depoimentos provam plenamente a sua intenção, requeriu que ouvida a parte contraria, se houvesse por desistido do depoimento da testemunha arrolada. Em genio Bitternourt.

Pelo Procurador Seco-  
nral foi dito que  
concordava com a  
desistência, sendo pelo  
juiz deferido - Em  
Francisco Marcondes  
Luis. Escreveu a  
escritura - Juiz Plai-  
da - nomeado, quem subs-









Certifico ter decorrido o praso da lei sem que a parte interessada promovesse o pagamento da Taxa Judiciaria, de acordo com o Dec. 19.910 de 23 de Abril de 1931 - O referido é verdade e dou fé  
Em, 14 de Julho de 1931

O Escrivão,

*Paul Mascant*



## Conclusão

Aos 15 de Julho de 1931 faço estes autos conclusos ao M. Juiz Federal; faço este termo Eu, *Paul Mascant* Escrivão, escrevi.

*Ob*

*Julgo perempto este feito, em termos do art. 2.º do Dec. 19.910 de 23 de abril de 1931.*

*Intime-se, registre-se, archive-se.*

*Curitiba, 5 de agosto de 1931.*

*Affonso Maria de Oliveira Fautado*



DATA

Aos ~~15~~ 5 dias do mez de Agosto de 1931

me foram entregues estes autos; do que, para constar faço este termo. — Eu, *Hormínio de Faria*

*Es. fui no inf. occorrendo  
ao Excmo. Sr. Juiz*

CERTIFICO, que a sentença de fis. foi devidamente registrada; do que dou fé;

Coritiba, 5 de Agosto de 1931

O Escrivão +

*O Ex. fui no inf. occorrendo ao Excmo. Sr. Juiz  
Hormínio de Faria*



subpoa que intimar o Dr.  
 Marcelino Vagner, ben em. St.  
 Promotor Jecimar, por todos o  
 Obediente da sentença de ps hh,  
 Dou fei.

Jui, 18 de agosto 1931



O J. J. S.  
 P. A. / P. A. A. A.